

Serviços básicos universais: uma vida mais verde e justa para todos

Article by Anna Coote, Sebastian Mang

May 23, 2024

Nas próximas eleições europeias, os políticos enfrentam duas questões cruciais: enfrentar a emergência climática e aliviar a crise do custo de vida. Não existe uma solução única, mas uma estratégia pode fazer uma grande diferença: concentrar-se naquilo de que as pessoas realmente precisam para ter uma vida digna. Ao concentrarmo-nos numa ação coletiva bem financiada, sustentável e a preços acessíveis, como a melhoria dos transportes públicos, projetos locais de energias renováveis e estruturas universais de cuidados infantis, podemos tornar a vida verde e a preços acessíveis para todos.

O Pacto Ecológico Europeu é a resposta da UE à necessidade crescente de ação climática. Introduzido em 2019 com muito alarde, fica aquém em termos da velocidade de redução de emissões, requisitos energéticos e materiais para atender à crescente demanda e investimentos públicos para cumprir as metas climáticas. Fundamentalmente, carece também de uma forte dimensão social.

Ao depender da regulamentação e ao tornar as atividades poluentes mais caras sem o apoio de investimentos vitais para que todos possam ter acesso a soluções ecológicas e com custos acessíveis, a política climática corre o risco de se tornar regressiva. Este efeito é exacerbado pelo aumento do custo de vida e da subida das taxas de juro. Enfrentar as nossas crises atuais através, por exemplo, da aceleração da adoção de energias renováveis e da melhoria da qualidade e acessibilidade dos preços dos transportes públicos tornou-se mais caro.

Os progressistas devem agora dar prioridade ao desenvolvimento desta dimensão social, abordando as experiências quotidianas dos eleitores, fornecendo os elementos essenciais da vida através da ação coletiva.

Embora a regulamentação ambiental seja importante, uma agenda climática socialmente justa exige um investimento público mais inteligente. É tempo de os progressistas rejeitarem a lógica ultrapassada das regras orçamentais atualmente em discussão. São um grande obstáculo à aceleração da transição, uma vez que limitam o papel que os governos podem desempenhar no investimento, na configuração dos mercados e no fornecimento de bens públicos sustentáveis.

Os serviços básicos universais podem combater tanto a desigualdade como a crise climática.

Os serviços básicos universais podem combater tanto a desigualdade como a crise climática. Trata-se de um programa político que visa satisfazer as necessidades básicas de todos dentro dos limites

ambientais. O objetivo não pode ser alcançado por indivíduos agindo sozinhos, mas apenas através de uma ação coletiva: mais e melhores serviços públicos, investimento de fundos públicos e regulação no interesse público.

Os cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU relataram um “alto nível de acordo” de que “o desenvolvimento direcionado para as necessidades básicas e o bem-estar de todos implica menos intensidade de carbono do que o crescimento centrado no PIB”. Apela a mudanças que “reforcem a suficiência e a ênfase na solidariedade, nas economias construídas em torno dos cuidados, na proteção dos meios de subsistência, na ação coletiva e prestação de serviços básicos, ligados à redução das emissões”.

Existe um amplo consenso sobre o que as pessoas precisam para tornar as suas vidas possíveis e dignas: uma casa para viver, alimentos nutritivos, educação de qualidade, pessoas para cuidar de nós quando não podemos cuidar de nós mesmos, cuidados de saúde quando estamos doentes, ar e água limpos, energia doméstica, transportes para nos levar onde precisamos de ir, acesso à Internet e – fundamentalmente – um ambiente sustentável.

Estas necessidades básicas aplicam-se a praticamente todas as pessoas em todo o mundo, bem como às gerações futuras. A forma como são satisfeitas varia muito entre países, culturas e períodos de tempo, e cada área de necessidade deverá ser satisfeita de forma diferente. Os serviços básicos universais oferecem um quadro baseado em princípios para orientar as políticas e as práticas em todos os casos.

Uma abordagem baseada nas necessidades

Os serviços básicos universais fazem parte de um conjunto emergente de ideias que desafia a ortodoxia económica e oferece uma alternativa sustentável. A economia neoclássica considera a satisfação preferencial a principal fonte de bem-estar. Mas, como destaca o [estudioso de política social] [Ian Gough](#), isto carece de qualquer justificação lógica, ética ou prática na era do Antropoceno, “quando o reconhecimento das fronteiras planetárias exige limitar a satisfação de desejos infinitos”. É tempo de um “padrão de valor diferente, de suficiência ou suficiente”, definido como “o espaço acima do piso da necessidade, mas abaixo do teto do excesso”.

As necessidades básicas, ao contrário das preferências, são intrinsecamente saciáveis. Os serviços básicos universais são uma abordagem baseada nas necessidades que reúne os objetivos do universalismo e da suficiência – o suficiente para todos, agora e no futuro. Desempenha um papel fundamental na consecução de um “espaço seguro e justo para a humanidade” e no objetivo estreitamente relacionado de “corredores de consumo” sustentáveis entre um piso social e um teto ecológico. Trata-se de viver bem dentro dos limites. O resultado prático não é uma existência espartana uniforme, mas bases sociais e materiais seguras que permitam a todos, não apenas aos mais ricos, desfrutar do tempo, do espaço e da oportunidade de viver uma vida plena. O objetivo da suficiência está intimamente relacionado com as visões de luxo para todos e abundância pública. Enraizados na ação coletiva, no propósito partilhado e na ajuda mútua, os serviços básicos universais geram valor para

todos, em vez de extraí-lo para poucos.

A base para uma transição ção ecológica justa

As atuais políticas climáticas baseiam-se no mercado e tendem a afetar mais as famílias com rendimentos mais baixos. A análise da Oxfam sobre a desigualdade de carbono mostra pelo menos parte da história. Entre 1990 e 2015, os grupos europeus de baixo e médio rendimentos reduziram as suas emissões, enquanto os mais ricos aumentaram. Este padrão deverá manter-se: o alargamento do regime de comércio de licenças de emissão aos transportes e ao aquecimento doméstico, que será introduzido gradualmente nos próximos anos, terá um efeito muito maior nas famílias de baixo e médio rendimentos do que nas famílias mais ricas, que dificilmente notarão o aumento dos preços e não consumirão de forma diferente. O Fundo Social para o Clima, que foi proposto para atenuar estes receios, será demasiado pequeno para fazer a diferença.

As atuais políticas climáticas baseiam-se no mercado e tendem a afetar mais as famílias com rendimentos mais baixos.

As medidas coletivas destinadas a satisfazer as necessidades humanas, nomeadamente os serviços básicos universais, podem compensar estes efeitos regressivos. O aumento dos impostos sobre os combustíveis ou a tarifação do carbono afetariam menos os orçamentos das famílias se estas pudessem mudar para transportes públicos dignos e a preços acessíveis. Se a habitação fosse gerida no interesse público, os custos de adaptação poderiam ser subsidiados e partilhados de modo a não recaírem mais fortemente sobre agregados familiares de baixos rendimentos.

As atitudes públicas e padrões de comportamento são cruciais para alcançar os objetivos ambientais. Todos os serviços públicos podem influenciá-los, demonstrando o que é possível e incentivando e apoiando diferentes formas de fazer as coisas, desencorajando comportamentos prejudiciais ao ambiente e evitando que as pessoas fiquem presas a rotinas insustentáveis.

Um sistema de transportes públicos decente ajudará a reduzir a dependência de automóveis particulares, por exemplo. Os hospitais e as escolas podem servir alimentos produzidos de forma sustentável e reduzir, ou mesmo eliminar, a carne das suas refeições. Os serviços de acolhimento de crianças e de educação podem ter um impacto significativo na experiência, sensibilização e aprendizagem das gerações futuras. Os serviços básicos universais promovem a solidariedade e apoiam uma política em que a ação coletiva é central e não marginal. Cria as condições favoráveis necessárias para trabalhar em conjunto para salvaguardar o planeta.

Equilíbrio e redistribuição

A atual abordagem para combater o aumento da inflação na UE centra-se no aumento das taxas de juro dos bancos centrais. Isto torna o investimento das famílias, das empresas e do Estado mais caro, de modo que se perdem postos de trabalho e, em última análise, as pessoas têm ainda menos dinheiro para gastar. Mas quando, como agora, a inflação é impulsionada pelos elevados preços dos combustíveis fósseis e pelas pressões do comércio internacional, o aumento das taxas de juro em nada contribui para combater as causas profundas da inflação.

Perversamente, depender de aumentos das taxas de juro para reduzir a inflação está a tornar mais caro o abandono dos combustíveis fósseis e o investimento em energias renováveis, transportes elétricos e remodelações de habitações sociais. Compromete a futura estabilidade dos preços, atrasando os investimentos verdes essenciais que tornam a energia mais barata a médio prazo e nos protegem dos choques dos preços dos combustíveis fósseis. De facto, os investidores estão abandonando os fundos de energia renovável ao ritmo mais rápido já registado, porque as ações de energia limpa foram severamente impactadas por taxas de juros mais altas.

A economista Isabella Weber argumenta que a inflação atual pode ser descrita como a inflação do vendedor, em que o “setor empresarial consegue transmitir um grande choque de custos aos consumidores, aumentando os preços para proteger ou aumentar as suas margens de lucro”. O aumento dos lucros das empresas é responsável por quase metade do aumento da inflação na Europa nos últimos dois anos, uma vez que as empresas aumentaram os preços em mais do que o aumento dos custos da energia importada. Até mesmo o proeminente [economista Paul Krugman concorda agora](#) que a inflação é um conflito distributivo, enquanto o [Fundo Monetário Internacional argumenta](#) que as perspetivas de inflação dependem da forma como os lucros das empresas absorvem os ganhos salariais.

Em vez de dificultar as coisas para as pessoas através do aumento das taxas de juro, incluindo para aqueles que investem na transição, deveríamos estar a seguir um caminho diferente. Após décadas de estagnação dos salários reais, precisamos de encontrar uma saída justa para esta crise, investindo na ação coletiva e tributando os lucros excessivos. Ao desmercantilizar e democratizar setores-chave como os transportes, as estruturas de cuidados infantis e a habitação, os governos têm potencial para aliviar a crise do custo de vida através da redução direta dos preços.

A implementação de serviços básicos universais reequilibraria a economia, expandindo os recursos para os grupos de rendimentos mais baixos e restringindo o consumo excessivo. Os serviços que proporcionam bens essenciais à vida são benefícios “em espécie” que representam um rendimento virtual ou “salário social”. [Análise do Instituto de Estudos Fiscais, com sede em Londres](#) mostra como uma série de serviços (ou “benefícios em espécie”) redistribuiu substancialmente os recursos entre os grupos de rendimentos mais baixos e mais elevados.

Ao satisfazerem as necessidades coletivamente através de serviços, e não individualmente através de transações de mercado, os serviços básicos universais alargam a esfera do consumo público. Quando os serviços são prestados diretamente por instituições públicas ou por organizações não estatais reguladas pelo governo, não se trata de mercadorias, mas de bens públicos. Estão sujeitas a uma responsabilidade partilhada e a um controlo democrático; podem ser tornados acessíveis a todos e

ajudar a prevenir danos decorrentes de necessidades não satisfeitas.

Uma análise internacional da provisão social concluiu em 2021 que “os serviços públicos estão ligados a uma maior satisfação das necessidades e a menores exigências energéticas”. A pegada de carbono dos cuidados de saúde nos Estados Unidos, onde o sistema é liderado pelo mercado, é três vezes maior per capita do que a de vários países europeus onde o sistema é total ou parcialmente controlado pelo governo.

São necessárias medidas rápidas e intensivas para evitar o colapso climático, e a distribuição indiscriminada do seu impacto pelos escalões de rendimento empurraria rapidamente os mais pobres para níveis de vida inferiores aos aceitáveis. Embora os esforços de descarbonização acabem por beneficiar os grupos de rendimentos mais baixos, os ganhos seriam muito poucos, demasiado tardios para evitar uma catástrofe social. Alcançar emissões líquidas zero requer dois caminhos integrados: reduzir as emissões agregadas e diminuir a desigualdade de rendimento, riqueza e capacidade das pessoas de satisfazerem as suas necessidades básicas.

Desbloquear o investimento na Europa

Para prestar serviços básicos universais em toda a Europa, os governos terão de desempenhar um papel mais importante no investimento em bens e serviços públicos. A iniciativa alemã de bilhetes de transporte público de 9 euros a partir do verão de 2022 é um ótimo exemplo de serviços básicos universais na prática. Foi extremamente popular, com mais de 52 milhões de ingressos vendidos. No entanto, anos de subinvestimento na rede ferroviária alemã fizeram com que a qualidade dos serviços diminuísse. Embora programas como o bilhete climático devam ser estabelecidos em todo o continente, em todos os países, têm de ser apoiados por investimentos de qualidade.

Os governos terão de desempenhar um papel mais importante no investimento em bens e serviços públicos.

Este impulso custará muito dinheiro, mas a inação – ou a ação tardia – seria mais dispendiosa. Além disso, o custo do sistema de uma transição de automóveis privados a gasolina e diesel para veículos elétricos seria significativamente mais caro do que uma transição do transporte privado para o transporte público. A modelagem da New Economics Foundation (NEF) mostrou que “creches universais e de alta qualidade fornecidas gratuitamente são provavelmente o investimento de maior retorno que um governo pode fazer”. O NEF argumenta que os retornos são tão fortes e confiáveis que o investimento poderia ser financiado por meio de empréstimos. Precisamos de uma nova forma de pensar as finanças públicas. Em primeiro lugar, a UE deve afastar-se de regras orçamentais obsoletas. Uma análise recente do NEF revelou que apenas quatro Estados-Membros da UE seriam capazes de satisfazer o investimento estimado necessário para alinhar as suas economias com o Acordo de Paris e com as atuais restrições em matéria de despesas em vigor.

De acordo com uma análise da Confederação Europeia dos Sindicatos, os Estados-membros relativamente endividados teriam de fazer cortes de pelo menos 45 mil milhões de euros no próximo ano se as regras orçamentais atualmente debatidas forem implementadas. Quaisquer restrições aos investimentos públicos verdes e sociais agora seriam extremamente contraproducentes, significando oportunidades perdidas para capitalizar a transição e os custos astronómicos para os futuros orçamentos públicos de catástrofes climáticas evitáveis. Em vez de limites de despesa arbitrários, precisamos de investimentos necessários numa política industrial inteligente e numa melhor infraestrutura pública verde.

Em segundo lugar, o investimento público em serviços básicos universais pode ser facilmente complementado por medidas contra a desigualdade de riqueza. O consumo de luxo – por exemplo, segundas residências, voos múltiplos e férias exóticas – é responsável por uma quantidade desproporcionada de emissões nocivas e esgotamento de recursos. Os impostos sobre o património são parte da solução. Um estudo recente do Grupo Verdes/ALE no Parlamento Europeu mostrou que um imposto sobre a riqueza poderia gerar 213 mil milhões de euros por ano para os Estados-Membros da UE. Para reduzir as emissões da aviação, uma taxa de passageiro frequente poderia aumentar o imposto sobre os bilhetes de avião após o primeiro voo de regresso.

Reforçar o apoio a uma transição justa

Ao procurarem satisfazer as necessidades básicas de todos, os serviços básicos universais abrem caminho à eliminação da pobreza e ao alívio das misérias infligidas pela insegurança. A experiência de pobreza e insegurança está hoje a deixar as pessoas desesperadas, levando à resistência contra políticas ambientais vistas como mais cortes e impostos. Estes sentimentos vão intensificar-se à medida que novos conflitos aumentam os preços dos combustíveis e as condições meteorológicas extremas prejudicam o abastecimento alimentar.

Investir em serviços públicos alargados e melhorados que forneçam os bens essenciais à vida contrariaria estas ansiedades, permitindo que as pessoas se sentissem mais satisfeitas com a sua vida quotidiana e tivessem maior probabilidade de confiar nos seus governos, locais e nacionais. Os serviços básicos universais podem começar a transformar uma espiral descendente de pobreza, desconfiança e resistência num círculo virtuoso de bem-estar, confiança e apoio.

Sem esse apoio, os governos democráticos deixarão de ser capazes de agir para evitar uma catástrofe ambiental. Como salientou a Comissão das Alterações Climáticas do Reino Unido: “Mais do que nunca, as futuras reduções de emissões exigirão o envolvimento ativo das pessoas [...] A justiça é também fundamental para o apoio público e deve ser incorporada em toda a política. Somente uma transição que seja considerada justa e em que as pessoas, os lugares e as comunidades sejam bem apoiados terá êxito.”

A Europa enfrenta um grande desafio na reformulação da sua economia política para as próximas décadas. Os serviços básicos universais não são uma solução milagrosa, mas têm um papel importante

a desempenhar. Oferecem um caminho para a segurança e a prosperidade que melhora a qualidade de vida de todos, não apenas dos assalariados – uma política indispensável para uma boa vida vivida dentro dos limites planetários.



Anna Coote is principal fellow at the New Economics Foundation. A leading analyst, writer and advocate in the field of social policy, she has written widely on social justice, sustainable development, working time, public health policy, public involvement and democratic dialogue, and gender and equality.



Sebastian Mang is a senior policy officer at the New Economics Foundation working on European economic policy.

Published May 23, 2024

Article in Portuguese

Translation available in Czech, English

Published in the *Green European Journal*

Downloaded from <https://www.greeneuropeanjournal.eu/servicos-basicos-universais-uma-vida-mais-verde-e-justa-para-todos/>

The Green European Journal offers analysis on current affairs, political ecology and the struggle for an alternative Europe. In print and online, the journal works to create an inclusive, multilingual and independent media space.

Sign up to the newsletter to receive our monthly Editor's Picks.